

OS TRABALHADORES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:

Entre o *Chrónos* e o *Kairós*

RESUMO

Chrónos, vem do grego, significando tempo medido pelos relógios e faz exata relação com horários, atrasos e atividades regidas pela lógica dos anos e da produtividade. *Kairós*, é o tempo vivenciado com qualidade, tempo interior e tem a ver com os valores. Ao relacionarmos esses limiares com os vivenciados pela classe trabalhadora percebemos que apesar das muitas conquistas obtidas, os trabalhadores ainda têm suas vidas regidas pelos marcadores da quantidade (*Chrónos*) e não os da qualidade (*kairós*). O processo de reestruturação produtiva do capital ocorrido nos últimos 100 anos, aliado à implementação de políticas estatais em um contexto de queda da taxa de lucro do capital; impôs um ritmo cotidiano baseado no tempo cronometrado pelo relógio. A consequência desse amplo processo é a estruturação de uma lógica precarizada nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Trabalho. Tempo. Precarização. Quantidade. Qualidade.

Maria Cristina Sagário¹
Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior²

Grupo de Trabalho 4

TRABALHO E TRABALHADORES EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO:
MEMÓRIAS, HISTÓRIAS, VIVÊNCIAS

As Transformações na Esfera Produtiva do Capital no decorrer do Século XX: Do Binômio Taylorismo/Fordismo ao Toyotismo e a hipertrofia dos parâmetros quantitativos.³

¹ Pedagoga, Técnica em Assuntos Educacionais e Representante Técnica no Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (MG). Endereço Eletrônico: mcsagario@yahoo.com.br

² Graduado em História – Bacharelado e Licenciatura – pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Técnico Administrativo em Educação nessa Instituição. Endereço Eletrônico: oiram_junior@hotmail.com

*“...A gente não quer
Só dinheiro
A gente quer dinheiro
E felicidade...”.*
Titãs

*“...Nos deram espelhos
e vimos um mundo doente
Tentei chorar e não consegui”.*
Legião Urbana

Os países que se industrializaram nos séculos XVIII e/ou XIX, vivenciaram de imediato no início do século XX uma intensificação do desenvolvimento da mecanização, da industrialização, da tecnologia como consequência do desenvolvimento dos meios de produção. Esse desenvolvimento consequentemente influenciou o processo de desenvolvimento industrial ocorrido tardiamente em países como o Brasil, no qual apenas no último quarto do século XIX surgiram os primeiros estabelecimentos industriais.

O modelo de produção capitalista é caracterizado por sucessivas mutações das estruturas produtivas, bem como das relações sociais e de produção (MARX ; ENGELS, 1998, p. 11; SILVA, 2001, p. 25), mantendo porém a essência estrutural do sistema capitalista constituída pela manutenção privada dos meios de produção e pela exploração do homem pelo homem. O desenvolvimento do capitalismo no início do século XX, é caracterizado pelo surgimento de novas formas de organizações do trabalho no interior das fábricas e dos meios de produção. Essas mudanças ocorridas no decorrer do século XX, influenciaram materialmente e subjetivamente a vida dos trabalhadores.

No final do século XIX e início do século XX, os norte-americanos Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1862-1947) desenvolveram novas propostas para a organização do trabalho. Taylor desenvolveu a idéia de um novo modelo que recebeu o nome de taylorismo que objetivou a eliminação de gestos “desnecessários” no decorrer da produção, cronometrando inclusive o tempo necessário para o desempenho de determinada atividade, e buscou também a intensificação da divisão do trabalho na esfera produtiva e na esfera administrativa não exigindo do trabalhador um acúmulo excessivo de conhecimentos gerais e habilidades, mas sim uma especialização acentuada em uma determinada função (PINTO, 2007, p. 32). O taylorismo é caracterizado pela mecanização do processo de trabalho que retira do então operário algo que era anterior ao período da primeira revolução industrial, que provinha do antigo artesão, qual seja, a sua autonomia em relação ao tempo e ao ritmo de trabalho, submetendo assim o proletário fabril à dinâmica e à necessidade da

³ A Reflexão desenvolvida nesse tópico, compõe parte do primeiro capítulo do trabalho de Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História – Universidade Federal de Uberlândia; apresentado por GUIMARÃES JÚNIOR (2010).

maquinaria. Além disso, o taylorismo é caracterizado também pela separação das tarefas entre concepção e execução, em que essa última sofreu uma divisão intensa que destinou ao trabalhador fabril a execução de tarefas simples (SILVA, 2001, p. 26).

Ford, utilizando-se basicamente da mesma estrutura de organização taylorista, acrescenta a esse modelo de organização a linha automática de produção aprofundando portanto a submissão do operário às máquinas, fixando esse a um único local da linha de produção e impondo em um tempo ainda mais curto o ritmo de trabalho. Esse modelo chamado de fordismo, impõe especialização extrema de cada atividade no decorrer da produção, gerando conseqüentemente uma simplificação das tarefas contribuindo para o embrutecimento do trabalhador após uma rotina caracterizada por uma excessiva repetição de movimentos iguais em curtos períodos de tempo, tarefas essas que podem ser realizadas por qualquer indivíduo sem nenhuma experiência (PINTO, 2007, p. 45). Outras características do modelo fordista estão relacionadas à produção em série e em massa de um produto, e a verticalização dessa produção colocando o controle do processo produtivo, da matéria prima à distribuição final do produto, como responsabilidade da empresa.

Como a proposta fordista complementou a proposta taylorista, se configurando esses modelos como um processo complementar, denominamo-los pelo “binômio taylorismo-fordismo” (ANTUNES, 2000). Não podemos esquecer que essas significativas mudanças na organização produtiva contaram com a reação imediata e organizada dos trabalhadores representados pelos respectivos sindicatos, e embora o movimento operário-sindical tenha atuado com mais vigor questionando de fato essa estrutura organizativa na segunda metade do século XX, inúmeros setores do movimento operário optaram na primeira metade desse século por centralizar suas forças na disputa política do Estado, se atrelando significativamente a esse. O sistema taylorista/fordista se estruturou no decorrer do século XX diante de uma conjuntura inicial favorável. Duas importantes características da primeira metade do século XX, foram o desencadeamento de duas grandes guerras mundiais e a primeira grande crise econômica mundial em 1929 que ocorreu entre os dois conflitos militares. A configuração desse cenário como conseqüência desse processo se tornou inicialmente um espaço fértil para o retorno do desenvolvimento da produção⁴.

Porém, o sistema capitalista vivencia no final dos anos 60 e início dos anos 70 o início de uma crise de acumulação de capital, que provocou uma redução da taxa média de lucro. Destacam-se quatro pontos fundamentais que favoreceram o início desse período de crise sendo; a diminuição dos níveis de produtividade devido à ruptura do desenvolvimento expansivo e econômico do sistema taylorista/fordista que possibilitou inclusive o fortalecimento do movimento operário no início da década de 60, a diminuição da taxa de lucro gerada pela diminuição da rotatividade do capital e pelo aumento do capital fixo em relação ao capital circulante, a diminuição e o esgotamento da expansão do nível de consumo de bens duráveis que eram produzidos em larga escala não aumentando assim a taxa de lucro, e o desenvolvimento da esfera de circulação de capital sustentada pelo trabalho improdutivo via setores de serviços, financeiros e comerciais (SILVA, 2001, p. 30-31).

Essa conjuntura econômica dos anos 70 caracterizada pelo início de uma forte crise de acumulação de capital somada à derrota das lutas operárias que não conseguiram substituir a lógica de produção do capital (ANTUNES, 2000), favorece o

⁴ No início da década de 1950, as economias capitalistas centrais retornavam ao ritmo de produção próximo ao vivenciado no momento anterior à quebra da bolsa de Nova York em 1929.

surgimento de um novo modelo de organização do trabalho, pautado pela acumulação flexível, pela revisão quanto à estratégia de produção em larga escala optando por buscar o desenvolvimento tecnológico, um nível elevado de qualidade e personificação dos produtos que nesse momento se enquadram em grande quantidade no campo do consumo. Pinto (2007), afirma que um dos requisitos desse novo período é a busca pelo barateamento do produto final obtido pela flexibilidade produtiva estruturada em uma “fábrica mínima” caracterizada pela mínima ociosidade no que se refere a equipamentos, a estoques e ao efetivo de trabalhadores. A alta flexibilidade produtiva e a substituição da produção em larga escala se mostraram incompatíveis com o modelo de organização taylorista/fordista.

Diante desse processo de mudanças da estrutura organizacional do trabalho, que denominamos de reestruturação produtiva (ANTUNES, 2000; PINTO, 2007), destacamos o surgimento do modelo toyotista, desenvolvido no Japão desde os anos 50 pela empresa Toyota Motor Company, que se consolidou nos anos 60 e 70 por se enquadrar às necessidades do capital relativas à manutenção da taxa de lucro, em um período caracterizado por uma crise global de acumulação de capital.

O toyotismo⁵, como característica central da fase de reestruturação produtiva vivenciada pelo capitalismo na segunda metade do século XX, se diferencia do fordismo (ANTUNES, 2000, p. 54-55) em alguns aspectos em que a produção se torna mais heterogênea vinculada à demanda do mercado consumidor, em detrimento da produção homogênea em série e de massa; o trabalho é realizado em equipe, em que o trabalhador possui múltiplas funções em substituição ao trabalho dividido e especializado, a produção se torna mais flexível aumentando o teor de exploração do trabalho, visto que dessa forma é possível que o trabalhador opere simultaneamente várias máquinas. Além disso, o modelo toyotista visa evitar o desperdício de tempo de produção via mecanismos de just in time e Kanban (que calcula pontualmente a quantidade necessária de produtos para a reposição no estoque), e inicia um processo de terceirização da produção ao não concentrar mais em apenas um estabelecimento, a um local, todo o processo produtivo.

No plano internacional o final da década de 1960 e os anos da década de 1970, foram caracterizados por inúmeras mobilizações dos trabalhadores em resistência às conseqüências negativas da estruturação taylorista/fordista na vida cotidiana pessoal e profissional dos trabalhadores⁶. Em alguns países, as mobilizações da classe trabalhadora abalaram a estrutura do sistema capitalista, paralisando a estrutura produtiva de determinadas regiões que afetaram a margem de lucro dos gerentes do capital industrial; porém é fato que a classe trabalhadora organizada não conseguiu naquele período substituir o modelo estrutural do capitalismo. Com essa conjuntura, o desenvolvimento do toyotismo além de intensificar o nível de exploração do trabalho, buscou simultaneamente resposta à crise econômica vivenciada pelos países naquele

⁵ Sobre o Toyotismo, ver Antunes (2000) e Pinto (2007).

⁶ No Brasil, as mobilizações dos trabalhadores foram reprimidas a partir do golpe militar de 1964. Com o Ato Institucional N° 5, em 1968, ocorreram poucas mobilizações operárias, populares e estudantis no final da década de 60 e no decorrer da década de 70; presenciando apenas no final dos anos 70 o ressurgimento das mobilizações sociais, tendo na década de 80 um marco fundamental na História da reorganização social e sindical no Brasil. No final dos anos 70 a União Nacional dos Estudantes (UNE) se reorganiza, e no início dos anos 80, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A luta contra o regime militar e a luta contra o arrocho salarial vigente nesse período, simbolizaram os principais motivadores para as mobilizações sociais que ocorreram no país nesse período.

período, e uma reação às ações do movimento sindical que segundo Antunes (1994), constituíam um grande entrave à estruturação e implementação desse modelo.

O modelo toyotista, se constituiu como uma resposta às intensas mobilizações dos trabalhadores, promovendo objetivamente e subjetivamente a construção do ideário do sindicalismo de colaboração, do sindicalismo de empresa, do sindicalismo participacionista; em detrimento do sindicalismo classista e combativo. E o toyotismo, no decorrer de seu desenvolvimento, exigiu que a estrutura da organização do trabalho fosse caracterizada pela flexibilidade dos direitos trabalhistas e sociais. Houve uma consonância entre a nova estrutura toyotista com a proposta do novo liberalismo implementado por governos como o da Inglaterra, do Chile e dos Estados Unidos da América (EUA) a partir dos anos 70, e do Brasil a partir dos anos 90.

Os impactos subjetivos na vida dos trabalhadores diante a estruturação do modelo toyotista foram perceptíveis. Além de uma significativa reestruturação na esfera produtiva, o toyotismo se desenvolveu paralelamente a uma crise mundial de acumulação de capital e à implementação global do modelo econômico liberal. Essas confluências geraram uma enorme taxa de desemprego e miserabilidade nos países que adotaram o receituário neoliberal, constituindo no imaginário da classe trabalhadora o sentimento de medo de perder o emprego, incentivando os trabalhadores a aceitarem as condições de trabalho caracterizadas por uma intensa precarização diante, por exemplo, de uma ofensiva política de retirada de direitos sociais e trabalhistas, acompanhada de um ritmo de trabalho exaustivo e estressante.

Entre a qualidade e a quantidade: Refletindo aspectos da realidade brasileira

Durante muito tempo, com o surgimento de novas tecnologias que facilitariam a vida das pessoas, muitos acreditaram que teriam um tempo maior para se dedicarem ao lazer. Mas, ao contrário do que imaginaram, elas continuaram a ser os sobreviventes de uma sociedade que marca o começo, o meio e o fim para as coisas acontecerem. Onde ainda são travadas lutas diárias contra o relógio e contra uma absoluta “falta de tempo”. Em nome da produtividade os prazos e as metas são prioritários, excluindo de suas etapas e objetivos a qualidade de vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, percebemos que o uso do tempo pela classe trabalhadora, está relacionado principalmente a aspectos cronológicos e conseqüentemente vinculado à fatores quantitativos; o que faz dessa situação um obstáculo a ser superado. Pois, por ser o trabalho uma necessidade humana, os trabalhadores necessitam e querem viver do seu próprio trabalho, mas ao mesmo tempo desfrutar de uma vida pessoal e familiar mais digna. Para Antunes (2005, p. 99):

[...] uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, somente poderá efetivar-se pela demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, de um trabalho auto-determinado, voltado para criação de bens sociais úteis, para além

da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente, e portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade, fundada no tempo disponível [...] no qual ética, a arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, com conformidade com as aspirações mais autênticas suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem a gestão de formas absolutamente novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Com uma nova modalidade de trabalho e de vida.

Inicialmente vistas como uma ameaça para os trabalhadores, que temiam ser substituídos por elas, às novas tecnologias também prometiam mais agilidade e facilidade aos seus serviços. Seu foco inicial era melhorar a produção, ampliando assim a quantidade e a qualidade dos produtos. Teoricamente, sobraria assim, mais tempo aos trabalhadores, pois grande parte do serviço seria realizado pelas máquinas. Porém, por se tratarem não apenas de máquinas e de produtos é que esse assunto deveria ser melhor avaliado pelo Governo, responsável por desenvolver políticas que amparam e regulamentam as atividades dessas pessoas. Observamos que aprisionar o tempo do trabalhador apenas às horas do relógio, ao tempo em que ele passa no interior do seu trabalho, pode ser desastroso não para os patrões; mas para esses homens e mulheres responsáveis pela produção da riqueza destinada e desfrutada apenas por uma pequena parcela de pessoas da nossa sociedade.

Mesmo na atualidade, apesar de muitos avanços e conquistas obtidas pela classe trabalhadora, em muitos lugares homens e mulheres, jovens e/ou velhos, ainda cumprem jornadas de trabalho superiores a 40 horas semanais, alguns com jornadas duplas ou triplas de trabalho. Fator potencializado principalmente no caso das mulheres que em muitas localidades ainda são as principais responsáveis pela educação dos filhos e pelos trabalhos domésticos. Com o passar do tempo, essa sobrecarga de trabalho, apresenta alguns resultados negativos tanto no âmbito coletivo como no individual, pessoas que ainda estão em idade produtiva são aposentadas precocemente devido ao surgimento crescente de doenças psicossomáticas e depressivas.

Em todos esses aspectos, somados ao fato de que o Estado contribui para o desenvolvimento de políticas que atendem os interesses das diversas frações do capital (incentivo à produção de monoculturas com a ausência de uma necessária fiscalização para coibir a utilização de força de trabalho em condições de semiescravidão ou escravidão; sucessivas reformas previdenciárias que amplia a inserção do mercado privado na função de oferecer e organizar planos de aposentadorias e que amplia o tempo de trabalho para o alcance da aposentadoria; reformas trabalhistas que visam retirar direitos obtidos no decorrer do século XX como férias remuneradas, licença maternidade, seguro desemprego; reformas políticas nos âmbitos da saúde e da educação impondo metas a serem alcançadas pelos trabalhadores), em detrimento de proposições políticas que buscam desenvolver a qualidade de vida da população; esses resultados são desastrosos para o conjunto dos trabalhadores.

No que se refere à questão da aposentadoria, em que no Brasil presenciamos nos últimos 20 anos sucessivos projetos de leis apresentados/implementados pelos Governos Federais que ampliam a lógica privada quanto ao oferecimento da aposentadoria para a

população e que aumentaram sensivelmente a idade para obter o direito de aposentar⁷; questionamos sobre qual é a idade cronologicamente correta para se aposentar? E qual é o tempo de vida necessário para se dedicar ao trabalho cotidiano? Estas são perguntas que não podem ser respondidas sem antes observarmos a lógica incoerente que é estabelecida no mundo capitalista; em que o trabalhador é descartado facilmente caso esse não corresponda às expectativas de produção estipuladas pelos patrões. Sendo assim, a lógica que o capital impõe é que não há espaço para que as indústrias “percam tempo” com pessoas despreparadas por serem muito jovens ou velhas por estarem próximas a faixa etária dos 40 anos. O pior é imaginar quando a pessoa é considerada velha pelo mercado de trabalho, poderá estar apenas na metade da sua vida.

É uma lógica muito perversa, quando somamos a essa realidade, a existência de intenso processo de precarização das condições de trabalho, de crescimento populacional e de aumento da expectativa de vida. Uma vez que a expectativa de vida das pessoas tem aumentado, Antunes (2005, p.78) comenta que:

Outra tendência no crescente mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingem a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectiva de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural... Paralelamente à exclusão dos jovens, vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima dos 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reintegrar-se ao mercado [...] E, paralelamente a essa exclusão dos “idosos” e jovens em idade pós-escolar, o mundo do trabalho, nas mais diversas partes do mundo, no Norte e no Sul, tem se utilizado da inclusão precoce e criminoso de crianças no mercado nas mais diversas atividades produtivas.

Abordando alguns aspectos do mundo do trabalho, em que no confronto entre os fatores “quantitativos” x “qualitativos”, o primeiro se sobrepõe sobre o segundo; destacamos o Projeto de Lei 12550/2011 apresentado pelo Governo Federal⁸ que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Esse projeto, além de ampliar a lógica privada em uma importante área social que é a Saúde, estabelece metas para que os trabalhadores da área da saúde e os Hospitais Universitários cumpram durante determinado tempo. Ou seja, em uma área em que o essencial é prezar pela qualidade dos procedimentos de trabalho desenvolvidos, o projeto que está embutido pela lógica do capital, intensifica o processo de precarização do trabalho estabelecendo metas quantitativas a serem cumpridas. Até onde se parece inadmissível, o capital que vivencia um período de crise estrutural consegue impor sua lógica quantitativa e precarizante em detrimento da construção de um ambiente pautado pela qualidade de vida e de trabalho dos profissionais da área da saúde.

⁷ O último projeto que alterou as regras previdenciárias para os trabalhadores vinculados ao serviço público federal, foi o PL 1992/2007; incentivado pelos Governos Lula e Dilma, no qual foi aprovado nesse primeiro semestre de 2012 pela câmara dos deputados federais, e transformado na Lei Ordinária 12618/2012.

⁸ Governo do Partido dos Trabalhadores, representado pela presidenta Dilma Rousseff.

Na área da educação, essa lógica quantitativa e precarizante se encontra presente também. Além da ampliação da lógica privada em todos os níveis educacionais (Educação Básica ao Ensino Superior) com a expansão vertiginosa de estabelecimentos privados; destacamos projetos governamentais como o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que estabelece a lógica meritocrática para a realização da distribuição de recursos financeiros para cada Instituição Federal de Ensino Superior⁹; e o Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) simbolizando uma concreta expansão para as IFES, após um período superior a 10 anos caracterizado por uma ausência de investimentos públicos para o desenvolvimento do Ensino Superior. A expansão das IFES, que alcançou o índice de 100% no que se refere à criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, expansão da estrutura física e do número de ingressantes nas Instituições; contou simultaneamente com um aumento de verbas bastante desproporcional em relação à expansão prevista. Além disso, o Decreto do REUNI, estipula inúmeras metas quantitativas a serem alcançadas por cada IFES, condicionando a distribuição dessas verbas insuficientes para proporcionar uma expansão com qualidade, ao cumprimento dessas metas.

E se tratando da área educacional, destacamos também a imposição produtivista imposta pelos órgãos financiadores de pesquisas, que condicionam o oferecimento de verbas aos pesquisadores para a realização de pesquisas, mediante a quantidade de publicações realizadas no decorrer do ano; o que a nosso ver contribui significativamente para o não desenvolvimento de pesquisas qualitativas e com alta relevância social. A hegemonia da lógica privada no âmbito da produção de pesquisas no país; *em que valoriza substancialmente a quantidade em detrimento da qualidade*, nos coloca em pleno século XXI, distantes de elaborações e reflexões substanciais como as desenvolvidas em outro contexto por pensadores e cientistas como: Albert Einstein, Carlos Chagas, Isaac Newton, Karl Marx, Charles Darwin, Linus Pauling, Gilberto Freire, Paulo Freire e outros. Esses cientistas, autores de reflexões extremamente importantes para a humanidade, se enquadrados na lógica produtivista de hoje, se encontrariam possivelmente em duas situações: Ou desenvolveriam essas pesquisas relevantes e pelo tempo utilizado não se classificariam nos padrões elevados impostos pelos órgãos financiadores de pesquisas; ou poderiam buscar lugar de destaque nesses padrões impostos, tendo razoável dificuldade em obter as sínteses que cada um desses obtiveram ao longo do seus tempos de vida e de trabalho..

Esses (e outros) projetos de leis apresentados pelo governo federal, citados brevemente acima, estão em consonância com as demandas políticas e econômicas do capital e seus representantes que necessitarão de uma força de trabalho disponível no futuro próximo para o mercado de trabalho que não contemplará os direitos trabalhistas conquistados após longas lutas pela classe trabalhadora brasileira no decorrer do século XX.

⁹ Após a implementação do SINAES, o resultado do desempenho dos estudantes de cada IFES, passa a se configurar como um elemento relevante para orientar a distribuição de recursos financeiros. Na perspectiva punitiva desse projeto, a IFES que não for bem avaliada no SINAES obtém uma perda de recursos públicos financeiros; ao invés de receber um aporte maior de verbas públicas para que melhore o seu desempenho. Nesse sentido, é mantida ou elevada à cada IFES que tiver uma boa avaliação no SINAES, o montante de investimento de recursos públicos financeiros para a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Todo o intenso processo de reestruturação produtiva incentivada diante a queda da taxa de lucro do capital, que impôs e impõe de forma gradativa uma exploração mais intensificada e sofisticada aos trabalhadores que possuem apenas a sua força de trabalho para garantir a sobrevivência; somadas às diversas medidas políticas-econômicas impulsionadas pelo Estado, precarizaram e precarizam as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Estamos convencidos de que as alternativas à essa precária realidade da conjuntura atual, serão forjadas pelo conjunto de todos os trabalhadores que no dia a dia, nada possuem a oferecer, a não ser a sua própria força de trabalho. Recorremos a Antunes (2005, p. 92) em que afirma que:

Se o fundamento da ação coletiva for voltado radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho se tornará inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, em vez de serem excludentes, tornam-se necessariamente complementares. E o empreendimento societal por um trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo fora dele – ambos, portanto, fora do controle e comando opressivo do capital – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação.

Assim, pensar a superação dessas contradições e dilemas desenvolvidos no mundo contemporâneo caracterizado pelo confronto intransponível entre capital e trabalho; é pensar a construção de uma nova organização social, constituída por uma lógica organizativa e valores ideológicos antagônicos aos impostos pelo sistema capitalista. Várias são as angústias e é intenso o mal estar que sentimos diante da realidade conjuntural que brevemente pontuamos nesse trabalho; mas é diante dessas condições que nos motivaram a escrever essa breve reflexão, que em síntese recorremos a vários autores, entre esses, Paulo Freire, que afirmam que mudar o mundo, no sentido de construir um mundo justo e sem opressões, é uma tarefa não somente possível, mas como necessária e urgente.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Tempo pedagógico: chrónos e kairós na sociedade aprendente**. In: Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANTUNES, Arnaldo. **Comida**. In: Jesus Não tem Dentes no País dos Banguelas. Titãs. 1987. 1 disco compacto. Faixa 2.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. Campinas: Cortez/Unicamp, 1994.

_____. **O caracol e sua concha:** Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação; **Decreto nº 6096, de 24 de Abril de 2007**, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Último acesso em: 01/06/2012

BRASIL. Câmara dos Deputados; **Projeto de Lei 1992/2007**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=366851>. Último acesso em: 01/06/2012

BRASIL. Ministério da Educação; **Projeto de Lei 10.861 de 14 de Abril de 2004**, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Último acesso em: 01/06/2012

BRASIL. Ministério da Educação; **Projeto de Lei 12550 de 15 de Dezembro de 2011**, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12550.htm. Último acesso em: 01/06/2012

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mário. **CONLUTAS: Uma nova proposta para a organização dos trabalhadores no Brasil?**, 2010, Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal de Uberlândia: Instituto de Historia, Uberlândia, 2010, 131 p.

MARX, Karl. **O manifesto comunista 150 anos depois:** Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no Século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RUSSO, Renato. **Índios**. In: DOIS. Legião Urbana. 1986. 1 disco compacto. Faixa 12.

SILVA, Sidartha Sória. **Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil**. Brasília: Fundação Milton Campos, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2001.